



PESQUISA

Análise exploratória do subdesenvolvimento da China sob a ótica da teoria dos arranjos produtivos

Rafael Voigtel Cesar,^{*†} Luiz Gustavo Antônio de Souza,[‡] e Vanuza da Silva Pereira Ney[¶]

[†]Graduando em Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

[‡]Professor Adjunto, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lgasouza@id.uff.br

[¶]Professora Adjunta, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: vanuzasilva@id.uff.br

*Autor correspondente. Email: rafaelvoigtel@id.uff.br

Resumo

A República Popular da China (RPC), mesmo sendo uma das principais potências econômicas mundiais, ainda continua sendo um país subdesenvolvido, fato que interfere não somente na qualidade de vida de algumas das camadas da população, mas também limita o progresso econômico, presente e futuro, do país. A RPC teve sua fundação feita por Mao Tsé-Tung, líder do Partido Comunista Chinês (PCC), em 1949, com um ideal de economia descentralizada, firmada pela agricultura e com base pré-industrial (DUTTA, 2005). Contudo, após a morte de Mao, Deng Xiaoping assume o poder implementando uma política oposta, com um plano de desenvolvimento de abertura das fronteiras econômicas e uma industrialização nacional com base na exportação, que se concentrava na região costeira do país, visto sua importância geográfica (RUIZ, 2006). Com isso, é feita uma análise na qual é dito que o subdesenvolvimento do país pode ter, como um dos seus frutos, a concentração industrial costeira, concretizando a formação de arranjos produtivos. Logo, é feita uma revisão de literatura acerca da teoria dos arranjos produtivos, na qual é usada a abordagem de Porter (1989), que utiliza a terminologia de cluster para a denominação de um arranjo, PORTER (1989) analisa dez países desenvolvidos (Dinamarca, Alemanha, Itália, Japão, Coréia do Sul, Cingapura, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos) durante um período de quatro anos, no qual fundamenta seu “Modelo Diamante de Competitividade Nacional”, que mostra a estrutura de um cluster. Além disso, é feita a revisão de literatura da formação histórica-econômica da RPC, perpassando por todo o processo evolutivo do país, desde 1949 até o século XXI, destacando os principais pontos econômicos essenciais para a explicação do processo de subdesenvolvimento. A posteriori, é levantada as problemáticas do processo de formação chinês que levou o país ao subdesenvolvimento, apresentando as tomadas de decisão que acarretaram no resultado negativo

em alguns âmbitos. Feito isso, é gerada a ligação do processo de formação com a teoria dos clusters, retificando os pontos de como a concentração industrial costeira influenciou o subdesenvolvimento, além de comparar os países desenvolvidos analisados por PORTER (1989) com a RPC. Com essa base, é apresentado os índices macroeconômicos que podem justificar a ligação citada. Tem-se como objetivo a explanação dos fatores ditos afim de chegar numa possível relação de causalidade, contudo, sem poder afirmar categoricamente os pesos das mesmas em torno do subdesenvolvimento do país, entretanto, faz-se possível a análise visto a relação da pesquisa/pesquisador e o objeto de conhecimento, que acontece numa conjunção de razão com a experimentação de hipóteses submetidas à prova (DINIZ; DA SILVA, 2008).

Referências

- DINIZ, C. R; DA SILVA, I. B. **Metodologia Científica**: O método dialético e suas possibilidades reflexivas. Campina Grande: EDUEPEB, 2008. Citado na página 20.
- DUTTA, M. China's industrial revolution: Challenges for a macroeconomic agenda. **Journal of Asian Economics**, volume 15, número 6, páginas 1169–1202, 2005. Citado na página 19.
- PORTER, M. E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Citado nas páginas 19, 20.
- RUIZ, R. M. Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949–2000). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Belo Horizonte, dez. 2006. Citado na página 19.